



# **Relatório de Atividades e Contas 2015**



## ÍNDICE

### I – RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015

1. Introdução .....	2
2. Atividades Desenvolvidas .....	3
3. Recursos Humanos .....	10
4. Área Sociocultural e Recreativa .....	16
5. Atos de Culto Católico .....	16
6. Representação e Participação .....	17
7. Diversos .....	17

### II – CONTAS de 2014

1. Apresentação de Contas .....	19
2. Proposta de Aplicação de Resultado Líquido .....	26

### III – NOTAS FINAIS

- Notas Finais .....	27
----------------------	----

#### ANEXOS:

- Anexo das Demonstrações Financeiras
- Parecer do Conselho Fiscal



*[Handwritten signatures and initials]*  
R. Silva  
R. Silva  
R. Silva  
R. Silva  
R. Silva

# I - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2015

## 1. Introdução

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Estômbar no cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem submeter à apreciação, discussão e votação da Assembleia Geral de Irmãos o Relatório de Atividades e as Contas de Gerência do exercício de 2015, bem como o parecer do órgão de fiscalização.

Além do cumprimento de uma formalidade legal, a apresentação à Irmandade das Contas de Gerência e do Relatório de Atividades do ano anterior, permite espelhar e avaliar o real desempenho da Misericórdia no cumprimento dos objetivos e, reflete de forma geral o trabalho desenvolvido ao longo do ano.

Apesar dos contrangimentos e das dificuldades que o País sofreu derivadas da recente crise económica e financeira. As atividades e os objetivos que haviam sido planeados para o ano em apreço, foram amplamente cumpridos. Além disso, a Misericórdia por si só e, com a importante colaboração do Município, da Junta de Freguesia e de outras Entidades, deu o seu contributo no combate à pobreza, à exclusão social e apoio aos mais desfavorecidos, tendo sempre presente as obras de misericórdia.

Para a sustentabilidade económico-financeira da Instituição foi necessário uma rigorosa gestão das contas em concordância com o que havia sido planeado no Orçamento. Pois a difícil situação que o país continuou a atravessar no ano de 2015 teve inevitáveis reflexos no equilíbrio económico da Misericórdia. Todavia, apesar da contingência, a Instituição dentro das suas possibilidades nunca deixou de ajudar a quem lhe bateu à porta.

## 2. Atividades Desenvolvidas

2.1– No âmbito interno, as atividades desenvolvidas nas várias Valências da Misericórdia tiveram por base o que havia sido programado. O nosso trabalho centrou-se essencialmente na promoção do bem-estar, na humanização, e na qualidade dos serviços que prestamos aos nossos clientes/utentes.

- a) **O Serviço de Apoio Domiciliário** da Misericórdia tem capacidade para 50 clientes/utentes. O Protocolo celebrado com a Segurança Social abrange somente 33. Este serviço teve uma média mensal de 40 clientes/utentes.

O Serviço de Apoio Domiciliário é a resposta social que proporciona um conjunto de serviços que permite a permanência do cliente/utentes no seu meio, retardando ou evitando a institucionalização desnecessária, decorrente de situações de dependência, quase sempre muito mais penosa para as pessoas. Com a perspetiva de colmatar as necessidades de cada um e, permitir a sua permanência no domicílio, o Serviço de Apoio Domiciliário da Misericórdia, presta o serviço todos os dias da semana e feriados, fornece as duas principais refeições (almoço e jantar) com as respetivas duas deslocações ao domicílio e, quando necessário, auxilia na tomada das refeições e presta apoio e orientação na tomada de medicamento prescritos pelo médico e faz o controlo da diabetes aos utentes com esta patologia, e administra insulina, o que faz com que o Serviço se desloque diariamente 3, ou 4 vezes à casa do utente/cliente.

Esta resposta social da Misericórdia é ajustada de acordo com as condições particulares de cada um dos clientes/utentes, esforçando-se para garantir a conjugação de bem-estar, dignidade, individualidade e valores de cada destinatário. Neste contexto, além dos cuidados e serviços básicos, assegurou um conjunto específico de serviços, nomeadamente:

- Acompanhamento ao exterior para consultas médicas;
- Compras de bens e de géneros necessários ao dia-a-dia, compras de medicamentos e pagamentos de serviços;

- No âmbito da socialização alguns clientes/utentes participaram nas atividades realizadas na Sede da Instituição, nomeadamente na ginástica direcionada à pessoa idosa, nas datas festivas marcantes e nas Missas mensais na Igreja da Misericórdia;
- A Animadora acompanhou alguns utentes nas suas residências, em atividades lúdicas e, nos vários passeios e saídas, nomeadamente, à revista e teatro no Auditório Municipal, idas à praia nos meses de Junho, Julho e Agosto, almoço nas fontes de Estômbar, passeio a Armação de Pera e Feira anual de Portimão no mês de novembro.

b) **A Unidade de Longa Duração e Manutenção** da Misericórdia tem capacidade para 32 camas de internamento e, tem em média as camas ocupadas. Nesta resposta a Instituição tem celebrado Contrato-Programa com a Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P. e com o Instituto de Segurança Social, I.P., através do Centro Distrital de Faro.

A Unidade é uma resposta integrada da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI). Presta cuidados continuados de saúde e de apoio social a pessoas que, independentemente da idade, se encontram em situação de dependência temporária ou permanente e, tem como objetivo fundamental contribuir, numa perspetiva integrada, para o processo ativo e contínuo de recuperação e manutenção global dos seus clientes/utentes.

O trabalho é desenvolvido pela equipa multidisciplinar da Unidade que de acordo com os objetivos propostos em reunião de equipa é elaborado um plano individual de intervenção para cada cliente/utente.

Foi assegurado aos clientes/utentes:

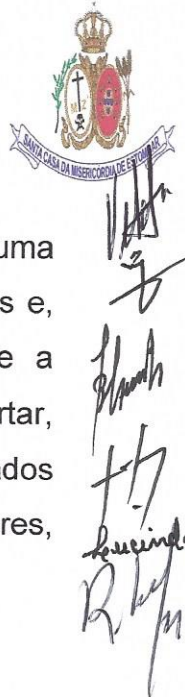
- Atividades de manutenção e de estimulação;
- Cuidados de enfermagem diários de 24h;
- Cuidados médicos;

- Prescrição e administração de fármacos;
- Apoio psicossocial;
- Controlo fisiátrico periódico;
- Cuidados de fisioterapia, e de terapia ocupacional;
- Animação sociocultural;
- Higiene, conforto e alimentação;
- Apoio no desempenho das atividades de vida diária;
- Apoio nas atividades instrumentais de vida diária;
- A Unidade tem Farmácia sob a direção de um farmacêutico.

Com o objetivo de proporcionar qualidade de vida aos clientes/utentes da Unidade e tendo sempre presente a individualidade e as necessidades e capacidades de cada um, foram também desenvolvidas várias atividades, designadamente:

- Atividades plásticas e de pinturas; vários passeios, e saídas, nomeadamente, à praia nos meses de junho, julho e agosto, ao Fiesa – construções na areia em Pêra, ao teatro/revista no Auditório Municipal;
- Visualização de filmes na Instituição;
- Ginástica;
- Cuidados nutricionais, com a intervenção de Dietista, na avaliação e controlo alimentar;
- Na época de Natal visita à Feira de Natal na Fátacil e a vários Presépios locais;

Além do natural apoio psicossocial aos utentes, também foi dado este apoio a alguns familiares, através da Psicóloga Clínica e da Assistente Social.



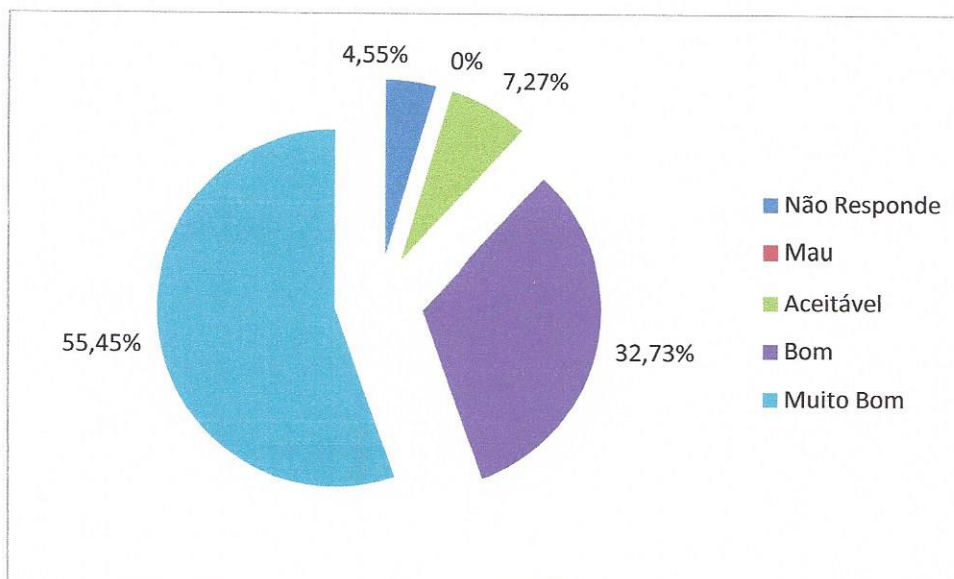
A Avaliação da satisfação dos clientes/utentes tem tido na Misericórdia uma importância crescente na avaliação da qualidade dos serviços que prestamos e, na orientação do planeamento e na recolha de informação que permite a implementação de medidas de melhoria. No ano a que estamos a reportar, continuou-se e, foi feita avaliação da satisfação dos clientes/utentes internados na Unidade de Longa Duração e Manutenção da Instituição e aos seus familiares, tendo sido aplicados questionários em suporte de papel.

Amostra: - Foram entregues e recolhidos 22 questionários.

O grau de satisfação foi dado de acordo com a seguinte tabela:

#### QUESTIONÁRIOS DE SATISFAÇÃO

Avaliação	Não Responde	Mau	Aceitável	Bom	Muito Bom
<b>Indicadores</b>					
Eficácia	4,55%	0%	9,09%	27,27%	59,09%
Rigor	4,55%	0%	4,55%	45,45%	45,45%
Rapidez de Resposta	4,55%	0%	13,64%	27,27%	54,55%
Comodidade	9,09%	0%	9,09%	22,73%	59,09%
Cordialidade	0%	0%	0%	40,91%	59,09%
<b>TOTAL (Média)</b>	<b>4,55%</b>	<b>0%</b>	<b>7,27%</b>	<b>32,73%</b>	<b>55,45%</b>



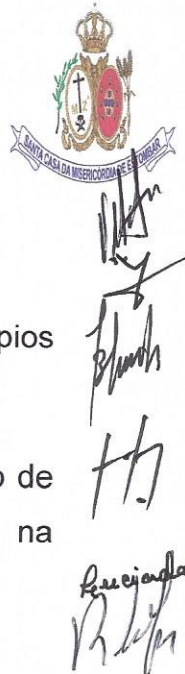
c) **O Serviço de Centro de Dia** da Instituição tem capacidade para 30 clientes/utentes. O acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social, I.P., através do Centro Distrital de Faro abrange somente 15. Este serviço teve uma média mensal de 21 clientes/utentes.

A resposta social tem como objetivo a prevenção da autonomia dos utentes e a prevenção de situações de dependência. Assim, neste contexto, procurou-se prestar um conjunto de serviços de qualidade com enfoque no bem-estar do utente para que permita a permanência no seu meio habitual.

Respeitando a dignidade, individualidade e a personalidade de cada um, esta Valência proporcionou um conjunto de serviços dos quais se destaca:

- Higiene e conforto (Esteticismo, manicure, pedicure, massagens, etc.) e alimentação (peq. almoço/almoço/lanche e jantar);
- Cuidados nutricionais, com a intervenção de Dietista, na avaliação e controlo alimentar;
- Acompanhamento a consultas médicas;
- Apoio e orientação na tomada de medicamento prescritos pelo médico e controlo da diabetes aos utentes com esta patologia e, administração de insulina, com o apoio do Enfermeiro de serviço da Unidade;
- Atividades básicas da vida diária com o objetivo de estimular e aumentar a autoestima e a sua capacidade de perceção;
- Atividades plásticas, cognitivas e culturais;
- Visualização de filmes na Instituição;
- Ginástica dirigida à pessoa idosa;
- Passeios e saídas, nomeadamente, ao Fiesa – construções na areia em Pêra; Armação de Pera, ao teatro e revista no Auditório Municipal, visita à Feira anual de Portimão;
- Idas à praia nos meses de junho, julho e agosto;





- Almoço nas fontes de Estômbar;
- Comemoração dos Santos Populares com sardinhada e baile;
- Na época de Natal visita à Feira de Natal da Fátacil e a vários Presépios locais;
- Nas várias situações de emergência, e outras, os utentes do Centro de Dia foram assistidos de imediato pelos Enfermeiros de serviço na Instituição.

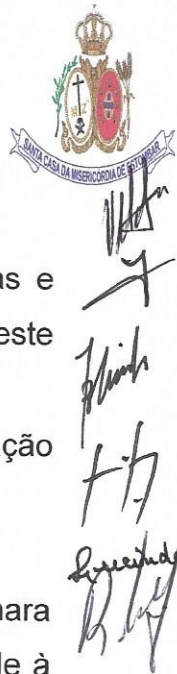
2.2 - A ginástica teve lugar na sede da Instituição duas vezes por semana (terça e quinta-feira). Esta atividade abrange todas as Valências e teve o apoio da Câmara Municipal de Lagoa com a disponibilização do professor de ginástica;

2.3- No âmbito externo, a Instituição por si só, e em parceria e colaboração com outras entidades continuou a desenvolver um conjunto de políticas de intervenção social de proximidade nos domínios de combate à pobreza e à exclusão social, através de várias intervenções, nomeadamente:

a) **Cantina Social** – A Cantina Social constitui uma resposta às necessidades alimentares de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade económica. Esta resposta é direcionada para pessoas idosas com baixos rendimentos; famílias expostas ao fenómeno do desemprego; famílias com filhos a cargo; pessoas com deficiência e pessoas com dificuldades em ingressar no mercado de trabalho.

A Instituição tinha Protocolo com o Instituto de Segurança Social, I.P., através do Centro Distrital de Faro para o fornecimento de 100 refeições diárias, sete dias por semana, duas vezes por dia. No ano de 2015 a Misericórdia forneceu 29 350 refeições, com a média mensal de 2 446 e de 82 diárias.

b) **O Fundo Europeu de Auxílio Alimentar (FEAC)**, - constitui uma parceria entre a Misericórdia e o Instituto de Segurança Social, I.P., através do Centro Distrital de Faro e teve a colaboração da Junta de Freguesia de Estômbar no transporte dos alimentos do Pólo de receção, para a



Instituição. A Misericórdia como entidade mediadora apoiou 162 pessoas - 61 famílias.

O FEAC é uma resposta social de apoio alimentar pontual a pessoas e famílias carenciadas, com distribuição de produtos numa fase tendo este ano de 2015 sido só em dezembro.

A Instituição na qualidade de entidade beneficiária recebeu alimentação para consumo com os seus utentes.

- c) **O Fundo de Emergência Social (FES)** é uma resposta social da Câmara Municipal de Lagoa que em parceria com a Misericórdia dá continuidade à política de intervenção social de proximidade nos domínios do combate à pobreza e à exclusão social. Permitiu dar apoio a pessoas e famílias que se encontram em situação de carência económica emergente.

Trata-se de um Fundo de Emergência de apoio pontual e extraordinário que se baseia em princípios de solidariedade e de cidadania. Este apoio social e económico foi constituído por: - alimentação em géneros; comparticipação em despesas de saúde e pagamento de dívidas inerentes ao consumo doméstico de eletricidade e gás e, em situações excecionais - ajudas técnicas e consultas de especialidade.

Assim, por intermédio da Câmara Municipal no âmbito deste Protocolo anual de Cooperação, a Misericórdia no ano de 2015, atribuiu apoios que totalizam a quantia de 10. 221,98 €.

- d) **O Gabinete de Apoio Social de Proximidade de Estômbar - GASPEstômbar**, é também outra resposta social da Câmara Municipal de Lagoa que em parceria com a Misericórdia deu apoio aos munícipes e população em geral em visitas domiciliárias, atendimento personalizado e encaminhamento que permite à população ter acesso aos serviços e apoios sociais colocados à sua disposição.

O GASP no ano de 2015 realizou 152 visitas domiciliárias, 225 atendimentos e organizou 247 processos de acompanhamento no âmbito dos apoios ao arrendamento; gestão habitacional e patrimonial do Bairro das Marinhas; Cartão Lagoa/Social, ao nível de FES - Fundo de Emergência Social; e processos de ação social.

- e) **Banco Alimentar Contra a Fome do Algarve/Delegação de Portimão** - A Misericórdia através de acordo celebrado com o Banco Alimentar fez semanalmente distribuição de produtos frescos – frutas e hortícolas a pessoas necessitadas e, foi também beneficiária destes produtos para consumo dos seus utentes.  
A Instituição também participou e continua a participar na Campanha Papel por Alimentos.
- f) **A Santa Casa da Misericórdia de Estômbar** visando o apoio solidário a todos os que precisam e, corporizando as - 14 Obras de Misericórdia - ao longo do ano de 2015, a Misericórdia nunca deixou de fornecer uma refeição quente a quem entrou com fome pelos seus portões adentro.
- g) **A Misericórdia** no âmbito de ajudas técnicas, foi emprestado diverso material.

### 3. Recursos Humanos

#### a) Quadro de Pessoal

Efetivo:

1	Técnico de Serviço Social/Diretor Técnico
1	Enfermeiro/Coordenador
5	Enfermeiros
2	Administrativos
1	Animador Sociocultural
1	Encarregado Geral
1	Encarregado de Setor
2	Cozinheiros
2	Ajudantes de Cozinha
3	Ajudante de Apoio Familiar
3	Ajudante de Lar e Centro de Dia

6	Auxiliar de Ação Médica
22	Auxiliar de Serviços Gerais

### Em regime de prestação de serviços

1	Médico
1	Médico Fisiatra
1	Farmacêutico
1	Enfermeiros
1	Psicólogo Clínico
1	Fisioterapeuta de Reabilitação
1	Terapeuta Ocupacional
1	Dietista

### Em colaboração com a Câmara Municipal de Lagoa

1	Professor de Educação Física
---	------------------------------

Ainda, no âmbito da política de emprego, em parceria com o Instituto de Emprego e formação Profissional (IEFP): - 1 Técnico de Manutenção no programa de contrato de inserção e estágios de emprego.

### b) Formação

Perseguindo a política de formação da Instituição foi ministrado aos colaboradores formação inicial e continua nas áreas críticas identificadas, designadamente:

Formação	Tipo de Formação	Entidade Promotora	N.º de Horas	Destinatários
Demências – Estratégias de Intervenção	Interna	SCME	1h	17 Auxiliares da UCC

Separação dos Lixos, EPI e Regras de Isolamento	Interna	SCME	1h	9 Auxiliares da UCC 5 Enfermeiros
Tratamentos de Feridas Crónicas	Interna	SCME	1h	5 Enfermeiros
Eletrofisiologia Cardíaca	Interna	SCME	1h	6 Enfermeiros 1 Médico
Normas e Procedimentos para Implementação da Unidose	Interna	SCME	1h	6 Enfermeiros
Disfagia – estratégias e Intervenção	Interna	SCME	1h	5 Enfermeiros
Plano Individual de Intervenção	Externa	ARS Algarve	16H	1 Enfermeiro
IACCS	Externa	ARS Algarve	8h	1 Enfermeira
3 <sup>as</sup> Jornadas de Cuidados Paliativos	Externa	ARS Algarve	16h	2 Enfermeiros 1 Assistente Social
Sensibilização para a Deficiência Visual	Externa	Rede Social de Lagoa	8h	1 Enfermeiro 1 Animadora 1 Assistente Social
HACCP	Externa	QUALIXXI	4h	Encarregada Geral 2 Cozinheiras 3 Ajudantes de Cozinha 1 Aux. Serviços Gerais
Armamentário terapêutico	Externa	ARS Algarve	16h	1 Enfermeiro 1 Médico

b) Estágios:

Em colaboração com a CRACEP – Cooperativa de Reeducação e Apoio à Criança Excepcional de Portimão a Instituição deu formação prática em contexto de trabalho a uma formanda, tendo a mesma passado a estágio de inserção de emprego com o apoio do IEFP.

c) Avaliações

A Avaliação da satisfação e motivação dos colaboradores é um barómetro de análise que permite alinhar a estratégia de recursos humanos ao desempenho dos colaboradores, contribuindo trabalhar para que todos se sintam parte integrante e contribuam para o sucesso da Misericórdia.

Assim, neste contexto, foi feito a avaliação da satisfação dos colaboradores da Misericórdia através de questionário em suporte de papel. O grau de satisfação foi dado segundo a seguinte escala:

1. Muito Insatisfeito
2. Insatisfeito
3. Nem Satisfeito Nem Insatisfeito
4. Satisfeito
5. Muito Satisfeito

Amostra: - De um universo de 49 trabalhadores efetivos responderam aos questionários 46.

**Os Resultados da satisfação global tem por base as seguintes grelhas:**

:

## RESUMO DAS RESPOSTAS OPTIDAS

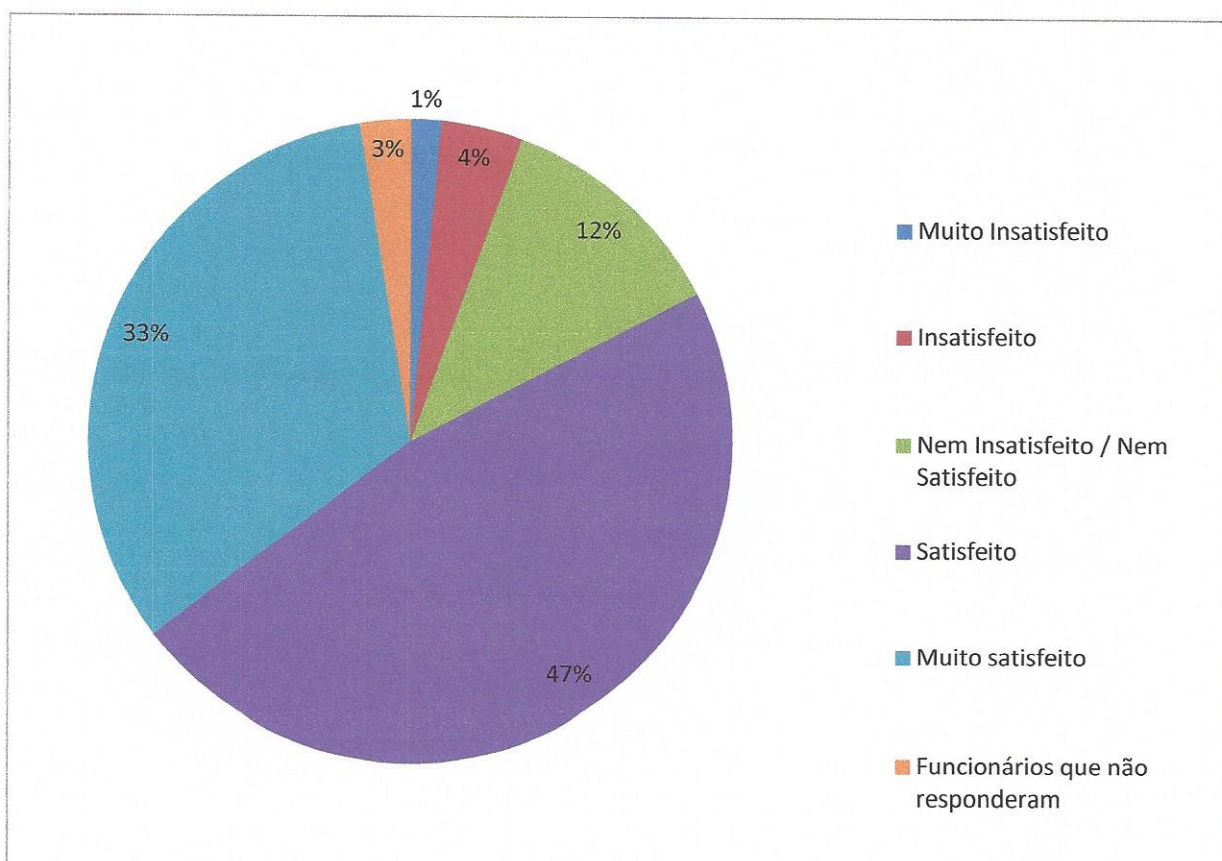
	Não Responde	Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Nem Satisfeito Nem insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
1. Organização do serviço onde trabalha	0	0	4	7	24	11
2. Funcionamento do serviço onde trabalha	0	0	1	8	25	12
3. Ajuda, colaboração e cooperação entre colegas de trabalho	0	2	6	9	19	10
4. Clima de relação com os seus colegas de trabalho	1	0	2	13	19	12
5. Satisfação em relação ao trabalho que realiza	0	0	0	0	17	29
6. Horário de Trabalho	0	3	2	6	18	17
7. Remuneração	0	1	1	6	26	12
8. Formação recebida	2	0	1	4	26	13
9. Perspetivas de promoção	2	1	4	6	22	12
10. Informação necessária ao bom desempenho das suas funções	2	0	2	4	26	12
11. Canais de comunicação existentes(Ex.: Informações/notas internas, placards Informativos, reuniões, etc.)	1	1	1	7	25	11
12. Grau de motivação	2	1	2	5	26	10
13. Conta com todo o apoio e ajuda por parte da Chefia Direta	0	1	2	3	13	27
14. Conta com o apoio e ajuda por parte das Chefias de Topo	0	1	0	1	16	28
15. Considerando todos os aspetos do seu trabalho e da sua vida nesta organização, está:	4	1	1	2	24	14
16. Como classifica a implementação da Avaliação dos colaboradores na Instituição	5	1	1	6	22	11
<b>Total:</b>	<b>19</b>	<b>11</b>	<b>30</b>	<b>87</b>	<b>348</b>	<b>241</b>
<b>Correspondência (%)</b>	<b>2,58%</b>	<b>1,49%</b>	<b>4,07%</b>	<b>11,82%</b>	<b>47,28%</b>	<b>32,74%</b>

### Resultados globais do questionário

Item	Total de Itens	Correspondência Global em (%)
Muito Insatisfeito	11	1,49%
Insatisfeito	30	4,07%
Nem Insatisfeito / Nem Satisfeito	87	11,82%
Satisfeito	348	47,28%
Muito satisfeito	241	32,74%
Funcionários que não responderam	19	2,58%

*[Handwritten signatures and initials]*

### Visão global do resultado da avaliação





#### 4. Área sociocultural e recreativa: .

- O Grupo Coral da Misericórdia participou nas festividades da Instituição e, teve ao longo do ano várias saídas de atuação em Misericórdias e Instituições para onde foi convidado.
- Conforme já foi descrito em cada Valência, ao longo do ano de 2015 foram realizadas várias atividades, saídas e passeios muito apreciados pelos utentes.
- Com a presença dos familiares dos clientes/utentes das várias Valências foram assinaladas as datas festivas marcantes com atividades e animação inerentes a cada data.
- Os aniversários dos clientes/utentes da Unidade e do Centro de Dia são sempre comemorados na Instituição.
- Mais um ano na Quadra Natalícia foi realizado o “Concerto de Natal” na Igreja da Misericórdia, aberto a toda a população. Este concerto contou com a colaboração do Grupo Coral Adágio e com colaboração especial do Grupo Coral da Misericórdia.
- A Camara Municipal de Lagoa e a Junta de Freguesia colaboraram no apoio logístico às diversas atividades.

#### 5. Atos de Culto Católico

De harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs, com a colaboração do novo Pároco de Estômbar, iniciou-se um novo ciclo de cooperação. Neste ano, começou-se a celebrar Missa mensal na Igreja da Misericórdia, dirigida aos utentes, Irmãos e população em geral. E, ao longo do ano foi dado apoio espiritual e sacramentar aos doentes/utentes internados na Unidade de Cuidados da Misericórdia e Centro de Dia.

## 6. Representação e Participações

- Ao longo do ano a Mesa Administrativa foi representada pelo Provedor e pelo Secretário da Mesa Administrativa nas diversas reuniões de trabalho com colaboradores, entidades e parceiros;
- A Santa Casa da Misericórdia participou nas reuniões do Secretariado Regional do Algarve da União da Misericórdias Portuguesas;
- A Misericórdia participou na Assembleia Geral da União da Misericórdias Portuguesas em Fátima;
- A Misericórdia foi representada em todos os atos e cerimónias em que foi convidada a estar presente;
- O Provedor representou a Misericórdia nas Sessões Plenárias do Conselho Local de Ação Social - CLAS;
- A Instituição foi representada nos Grupos de Trabalho do CLAS – Conselho Local de Ação Social pela Assistente Social;
- O Administrador, a Diretora Técnica e o Enfermeiro Coordenador da Unidade participaram em várias reuniões de trabalho com os familiares dos utentes, trabalhadores e com as diversas entidades no âmbito das suas competências.

Receivida  
Rly

## 7. Diversos

1. Com a revisão do Dec. Lei n.119/83, de 25 de fevereiro, foi alterado e adequado o Compromisso da Irmandade aos termos da nova Lei e, além de aprovado pela Assembleia Geral de Irmãos, foi aprovado por Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Bispo de Algarve, aguardando-se o registo de alteração de Estatutos por parte da Segurança Social.



2. De acordo com o estabelecido no novo Compromisso, a convocatória da Assembleia Geral passou a ser feita pessoalmente, por meio de aviso postal expedido para cada irmão.

3. Neste ano de 2015, perderam a qualidade de Irmãos:

178 Irmãos por terem sido eliminados por falta de pagamento de quotas, depois de terem sido notificados para efetuar o respetivo pagamento;

- 22 Irmãos por desistência;
- 5 Irmãos por terem falecido neste ano.
- A Irmandade passou a ser constituída por 227 Irmãos.

Quincida  
R. M.

## II – Contas de 2015

### 1. Apresentação de Contas

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Estômbar apresenta para análise, discussão e aprovação as contas referentes ao exercício do ano económico de 2015.

Na área financeira a Misericórdia contou com as participações do Estado: através do Instituto de Segurança Social, I.P., - Centro Distrital de Faro para as Valências: - de Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia e Cantina Social e conjuntamente com Administração Regional de Saúde do Algarve para a Unidade de Longa Duração e Manutenção. Contou também com as participações dos clientes/utentes e de subsídio da Câmara Municipal de Lagoa através de Protocolo de Cooperação.

Recebeu o subsídio anual da Junta de Freguesia e contou com vários donativos.

Nos termos de lei, a Misericórdia não apresenta dívidas ao Estado e, perante a Segurança Social encontra-se em situação regularizada.

As Contas foram elaboradas de acordo com os critérios e regras do Código de Contas, inserido no contexto do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Assim, passamos a apresentar as demonstrações financeiras, constituídas pelos seguintes documentos:

- Balanço
- Demonstração dos Resultados por Natureza
- Demonstração dos Resultados por Natureza / Por Valência
- Demonstração de Fluxos de Caixa
- Anexo



**SANTA CASA M. ESTOMBAR**  
**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

Contribuinte : 501417443  
 Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-Dez-15	31-Dez-14
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	5	1 198 855,04	1 230 102,66
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	11,1	1 417,55	715,67
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		<b>1 200 272,59</b>	<b>1 230 818,33</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	7	1 570,00	2 751,00
Clientes	11,2	24 901,15	18 096,80
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	11,8	25,60	25,60
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	11,4	87 982,52	86 695,63
Diferimentos	11,3	1 599,37	1 521,53
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	11,5	47 969,24	38 614,02
		<b>164 047,88</b>	<b>147 704,58</b>
<b>Total do activo</b>		<b>1 364 320,47</b>	<b>1 378 522,91</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	11,6	284 737,20	264 198,65
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	11,6	808 972,80	832 311,80
		<b>1 093 710,00</b>	<b>1 096 510,45</b>
Resultado líquido do período		35 908,78	20 538,55
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>1 129 618,78</b>	<b>1 117 049,00</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Instituições de crédito e sociedades financeiras	6	36 741,43	61 198,15
Outras contas a pagar		63 084,74	0,00
		<b>99 826,17</b>	<b>61 198,15</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11,7	33 207,93	40 665,89
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	11,8	30 866,54	27 041,24
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	11,9	70 801,05	132 568,63
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		<b>134 875,52</b>	<b>200 275,76</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>234 701,69</b>	<b>261 473,91</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>1 364 320,47</b>	<b>1 378 522,91</b>

*Handwritten signatures and initials:*  
 H.A.M.  
 B.M.  
 H.F.  
 Luísa da  
 R.M.



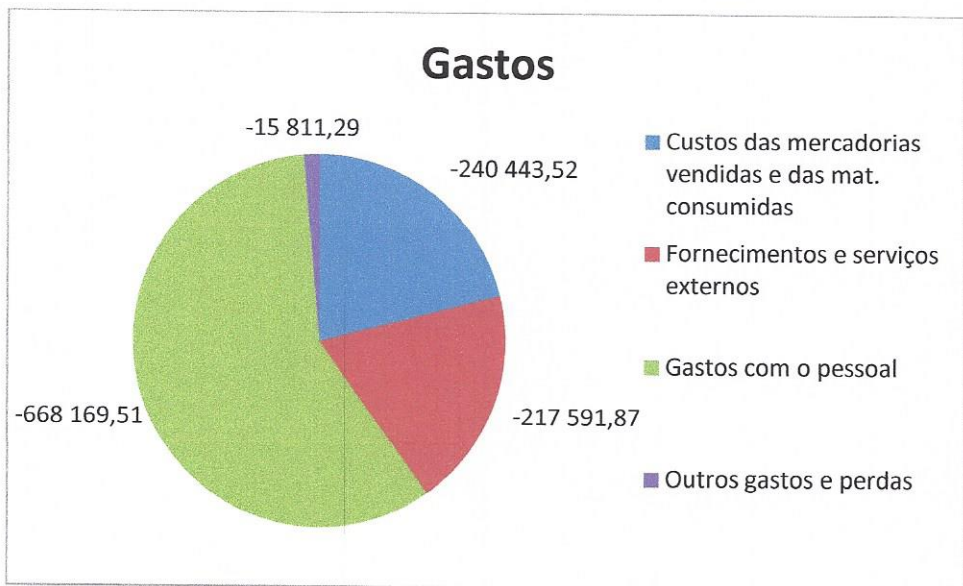
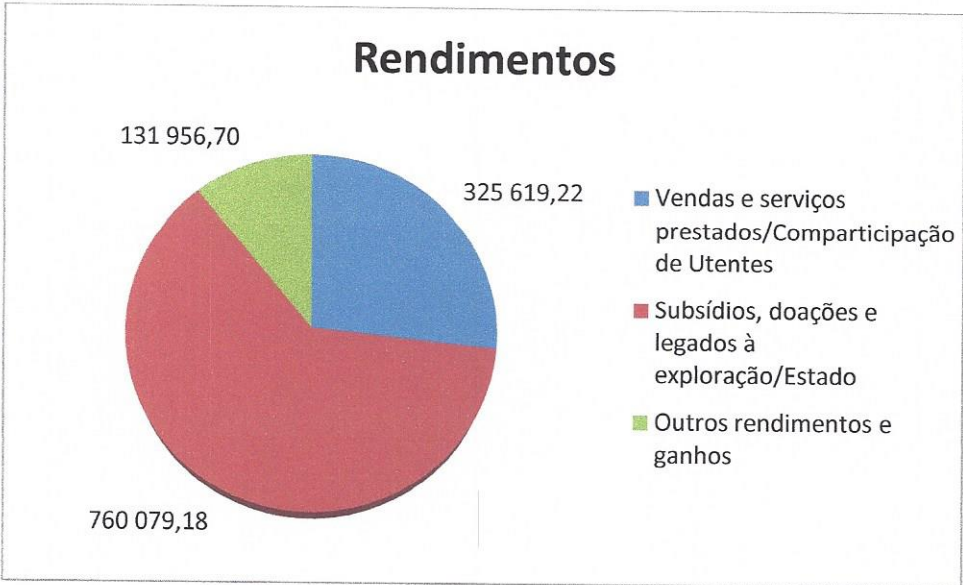
SANTA CASA M. ESTOMBAR  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Contribuinte: 501417443

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	8	325.619,22	314.598,22
Subsídios, doações e legados à exploração	11.10	760.079,18	826.512,28
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	240.443,52	243.565,30
Fornecimentos e serviços externos	11.11	217.591,87	204.559,70
Gastos com o pessoal	9	668.169,51	654.763,09
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	2.936,94
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	11.12	131.956,70	51.773,94
Outros gastos e perdas	11.13	15.811,29	24.135,08
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos</b>		<b>75.638,91</b>	<b>62.924,33</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	35.440,05	36.513,62
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>40.198,86</b>	<b>26.410,71</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		3,41	0,62
Juros e gastos similares suportados	11.14	4.293,49	5.872,78
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>35.908,78</b>	<b>20.538,55</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>35.908,78</b>	<b>20.538,55</b>

*Handwritten signatures and initials:*  
P...  
H...  
Leucinda  
R...



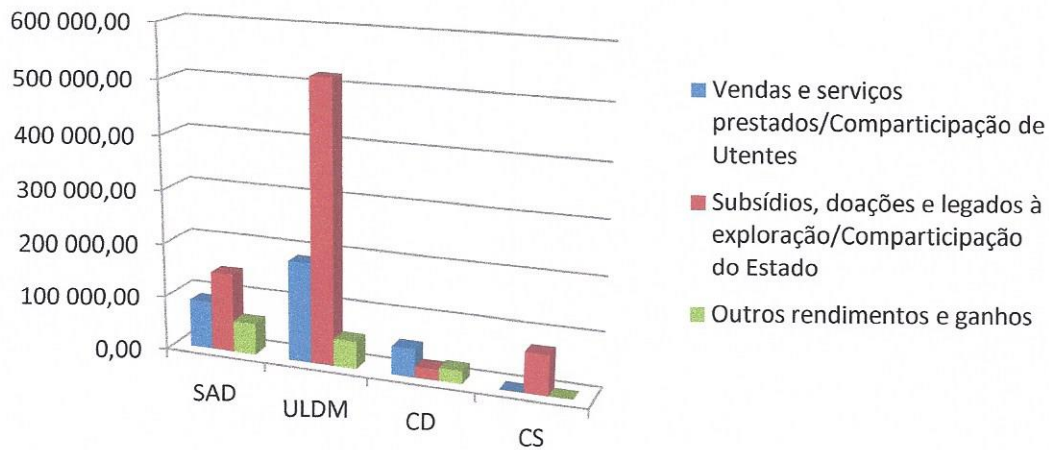


**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
**VALÊNCIAS**

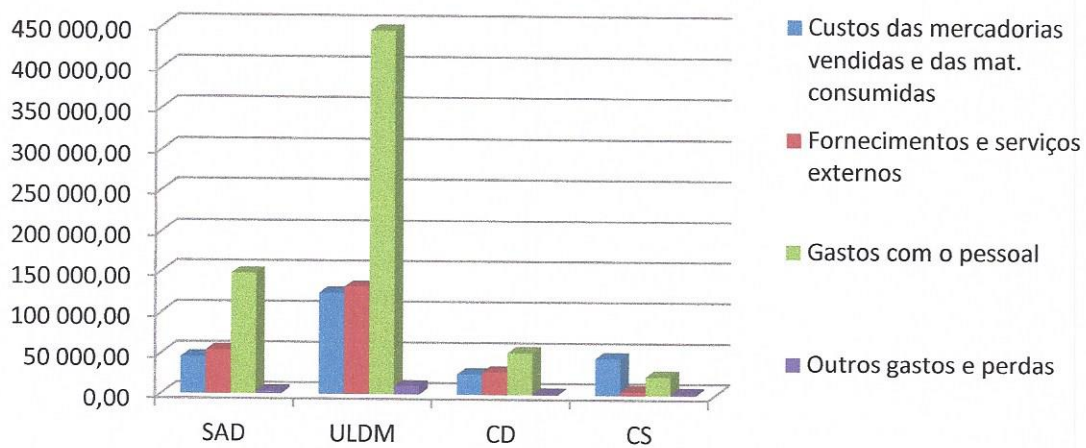
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>	<b>Apoio Domiciliário</b>	<b>Unidade LDM</b>	<b>Centro Dia</b>	<b>Cantina Social</b>	<b>Total/em 31/12/2015</b>
Vendas e serviços prestados	88 262,09	186 105,87	51 212,05	39,21	325 619,22
Subsídios, doações e legados à exploração	146 549,67	519 662,96	20 034,61	73 831,94	760 079,18
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das mat. consumidas	-45 677,12	-123 713,09	-25 376,19	677,12	-240 443,52
Fornecimentos e serviços externos	-53 848,92	-131 569,71	-27 921,68	-4 251,56	-217 591,87
Gastos com o pessoal	-147 758,43	-445 376,40	-51 885,10	149,58	-668 169,51
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	58 061,00	50 143,49	23 752,21	0,00	131 956,70
Outros gastos e perdas	-3 004,02	-9 961,06	-948,70	-1 897,51	-15 811,29
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos</b>	<b>42 584,27</b>	<b>45 292,06</b>	<b>-11 132,80</b>	<b>-1 104,62</b>	<b>75 638,91</b>
Gastos/reversões e de amortização	-9 568,86	-20 909,62	-3 189,62	-1 771,95	-35 440,05
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>33 015,41</b>	<b>24 382,44</b>	<b>-14 322,42</b>	<b>-2 876,57</b>	<b>40 198,86</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0,77	2,20	0,22	0,22	3,41
Juros e gastos similares suportados	-1 202,24	-2 318,54	-429,35	-343,36	-4 293,49
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>31 813,94</b>	<b>22 066,10</b>	<b>-14 751,55</b>	<b>-3 219,71</b>	<b>35 908,78</b>
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>31 813,94</b>	<b>22 066,10</b>	<b>-14 751,55</b>	<b>-3 219,71</b>	<b>35 908,78</b>



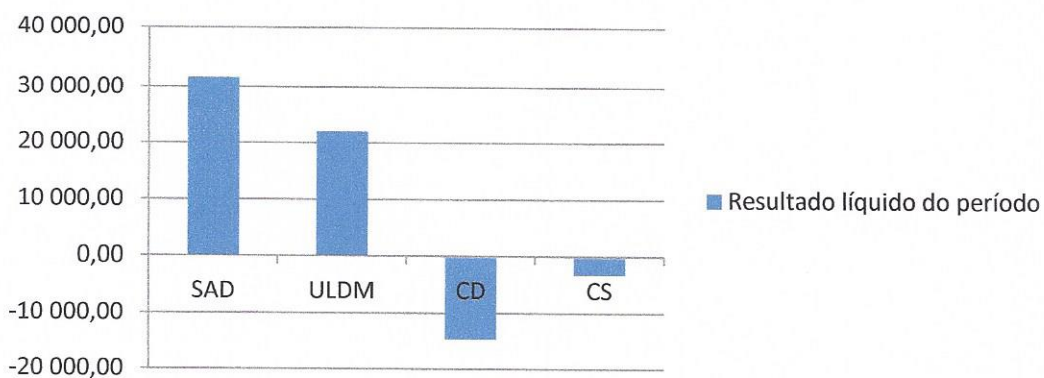
### Rendimentos por Valência



### Gastos por Valência



### Resultado líquido do período





*Handwritten signatures and initials*

**SANTA CASA M. ESTOMBAR**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		407 147,42	409 522,53
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		464 757,23	405 618,79
Pagamentos ao pessoal		661 031,22	653 547,39
Caixa gerada pelas operações		-718 641,03	-649 643,65
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		743 668,55	686 849,55
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		25 027,52	37 205,90
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		14 865,07	28 733,54
Juros e gastos similares		807,23	1 065,87
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-15 672,30	-29 799,41
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
Efeito das diferenças de câmbio		9 355,22	7 406,49
Caixa e seus equivalentes no início do período		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		38 614,02	31 207,53
		47 969,24	38 614,02

Apensamos ao presente Relatório, o Anexo das Demonstrações Financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

## 2. Proposta de Aplicação de Resultado Líquido:

A Mesa Administrativa propõe que o Resultado Líquido Positivo de - **35 908,78€ ( trinta e cinco mil novecentos e oito euros e setenta e oito cêntimos)** seja transferido para a Conta 56 - Resultados Transitados.

*[Handwritten signatures and initials]*

### III - Notas Finais

A Mesa Administrativa no momento de submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Geral de Irmãos o presente Relatório de Atividades e as Contas respeitantes ao ano 2015, não quer deixar passar este momento sem agradecer a todos aqueles que ajudaram esta Santa Casa da Misericórdia de Estômbar.

Nomeadamente, a todos os membros dos órgãos sociais pelo trabalho e o apoio prestado, bem como ao Grupo Coral da Misericórdia que tem contribuído para o prestígio da Instituição.

Também, deixamos um agradecimento à Camara Municipal de Lagoa, à Junta de Freguesia de Estômbar/Parchal e, a todas as entidades, nomeadamente, o Instituto de Segurança Social, I.P., - Centro Distrital de Faro e à Administração Regional de Saúde do Algarve pelo apoio prestado.

Uma vez mais a Mesa Administrativa quer também deixar aqui patente uma palavra de apreço e reconhecimento aos colaboradores da Misericórdia pelo seu trabalho, envolvimento, empenho e dedicação. O seu contributo foi muito importante para que as atividades e os resultados aqui retratados tenham sido possíveis. Pois com o seu trabalho contribuíram essencialmente, em primeiro lugar para o bem-estar dos nossos utentes e, em segundo, ajudaram a prestigiar o nome desta Santa Casa da Misericórdia de Estômbar.

Por fim, a Mesa Administrativa propõe um voto de pesar pelos Irmãos, Benfeitores e Amigos desta Santa Casa da Misericórdia falecidos neste ano.



À consideração da Assembleia Geral,  
Estômbar e Santa Casa da Misericórdia, 31 de Março de 2016

**A MESA ADMINISTRATIVA,**

O Provedor, António Manuel Mendes dos Santos  
O Vice-Provedor, José Francisco Barros  
O Secretário, João António Pereira  
O Tesoureiro, António  
O Vogal, Luísa Lucinda Pereira Cabrita

**ASSEMBLEIA GERAL  
APROVADO**

Em, 31 de Março de 2016

O Presidente da Assembleia Geral,

Reinaldo José Rosa de Sá

## ANEXOS

- 1 - Anexo das Demonstrações Financeiras**
- 2 - Parecer do Conselho Fiscal**

# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESTÔMBAR



## Conselho Fiscal

### Prezada Irmandade:

O Conselho Fiscal desta Santa Casa da Misericórdia de Estômbar, no exercício das competências que lhe são atribuídas, vem nos termos estatutários e legais, pronunciar-se sobre a apreciação e análise que faz ao Relatório de Atividades e às Contas da Instituição referentes ao exercício de 2015.

A Mesa Administrativa prestou os esclarecimentos solicitados e pôs atempadamente todos os documentos à disposição do Conselho Fiscal.

Os documentos ora apresentados à Assembleia Geral – Relatório de Atividades, Balanço, Demonstração dos Resultados Por Naturezas, Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas/Valências, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Anexo às Demonstrações Financeiras e todos os Mapas Contabilísticos, foram analisados pelo Conselho Fiscal, o que nos permite a compreensão da situação económica e financeira da Misericórdia.

Depois de tudo visto e fiscalizado, o Conselho Fiscal faz uma avaliação positiva da atividade desenvolvida pela Instituição, pelo que dá o seu parecer favorável e aprova o Relatório de Atividades e as Contas apresentadas.

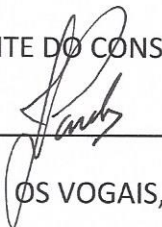
Assim sendo, o Conselho Fiscal emite o seguinte:

### PARECER

1. Propõe que seja aprovado o Relatório de Atividades e as Contas da Santa Casa da Misericórdia de Estômbar relativas ao exercício de 2015.
2. Propõe que seja aprovado a Proposta da Mesa Administrativa da aplicação do Resultado líquido do Exercício.

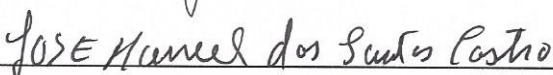
Estômbar e Santa Casa da Misericórdia, 31 de Março de 2016

O PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL,

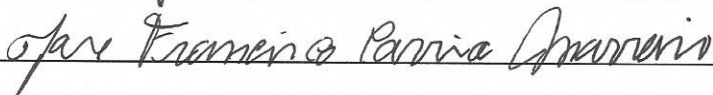


---

OS VOGAIS,



---



---

# **SANTA CASA M. ESTOMBAR**

**Anexo**

**28 de Março de 2016**



## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras ....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	4
3.1	Bases de Apresentação .....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:..	12
5	Activos Fixos Tangíveis.....	14
6	Custos de Empréstimos Obtidos .....	14
7	Inventários .....	15
8	Rédito .....	15
9	Benefícios dos empregados.....	16
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	16
11	Outras Informações.....	17
11.1	Investimentos Financeiros.....	17
11.2	Clientes e Utentes.....	17
11.3	Diferimentos.....	17
11.4	Outras contas a receber.....	18
11.5	Caixa e Depósitos Bancários .....	18
11.6	Fundos Patrimoniais .....	18
11.7	Fornecedores.....	19
11.8	Estado e Outros Entes Públicos.....	19
119	Outras Contas a Pagar.....	19
1110	Subsídios, doações e legados à exploração .....	20
1111	Fornecimentos e serviços externos.....	20
1112	Outros rendimentos e ganhos .....	20
1113	Outros gastos e perdas.....	21
1114	Resultados Financeiros.....	21
1115	Acontecimentos após data de Balanço .....	22

## **1 Identificação da Entidade**

- 1.1 Designação da entidade: Santa Casa Misericórdia de Estombar.
- 1.2 Sede: Rua da Misericórdia nº 36 Estombar.
- 1.3 Natureza de actividade: Apoio à terceira idade.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

*[Handwritten signatures and notes in the right margin]*  
Ruimda

### **3 Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

##### **3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

*[Handwritten signatures and notes in the right margin, including the name "Queimada" and other illegible marks.]*

### 3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

*[Handwritten signatures and initials in the right margin]*

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

### 3.2.2 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida,

*Handwritten signatures and initials:*  
W.A.  
J.  
F. H.  
P. H.  
A.!

ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

### 3.2.3 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

### 3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

*Handwritten signatures and initials in the right margin.*

### Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.5 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

*[Handwritten signatures and initials in the right margin]*



### 3.2.6 Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

### **3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:



a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

*Handwritten notes and signatures:*  
7  
F. J.  
Revisada  
J. J.

## 5 Activos Fixos Tangíveis

### Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2014					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	1.560.868,09	762,60				1.561.630,69
Edifícios e outras construções	14 963,94					14 963,94
Equipamento básico	203 526,28					203 526,28
Equipamento de transporte	97 976,63	16187,30				114 163,93
Equipamento biológico	29 568,44					29 568,44
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Activos fixos tangíveis	28 253,09					28 253,09
<b>Total</b>	<b>1.935.156,47</b>	<b>16.949,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.952.106,37</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	331 260,00	30.642,13				361 902,13
Equipamento básico	201 160,16	2.034,80				203 194,96
Equipamento de transporte	96 209,17	3.596,94				99 806,11
Equipamento biológico	3 577,96	0,00				3 577,96
Equipamento administrativo	29 990,21	239,75				30 229,96
Outros Activos fixos tangíveis	23.292,59	0,00				0,00
<b>Total</b>	<b>685.490,09</b>	<b>36.513,62</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>722.003,71</b>

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

Descrição	2015					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	1.561.630,69					1.561.630,69
Edifícios e outras construções	14.963,94					14.963,94
Equipamento básico	203.526,28					203.526,28
Equipamento de transporte	114.163,93					114.163,93
Equipamento administrativo	29.568,44	4.192,43				33.760,87
Outros Activos fixos tangíveis	28.253,09					28.253,09
<b>Total</b>	<b>1.952.106,37</b>	<b>4.192,43</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.956.298,80</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais						0,00
Edifícios e outras construções	361.902,13	30.642,13				392.544,26
Equipamento básico	203.194,96	1.152,03				204.346,99
Equipamento de transporte	99.806,11	3.596,94				103.403,05
Equipamento Ferramentas	3.577,96	0,00				3.577,96
Equipamento administrativo	30.229,96	48,95				30.278,91
Outros Activos fixos tangíveis	23.292,59	0,00				23.292,59
<b>Total</b>	<b>722.003,71</b>	<b>35.440,05</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>757.443,76</b>

## 6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2015			2014		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	36.741.43	0,00	0,00	61.198.15	0,00
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>36.741.43</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>61.198.15</b>	<b>0,00</b>

## 7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2014				2015		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4 950,50	241 365,80	0,00	2 751,00	239 262,52	0,00	1 570,00
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>4 950,50</b>	<b>242 301,39</b>	<b>0,00</b>	<b>2 751,00</b>	<b>239 863,78</b>	<b>0,00</b>	<b>1 570,00</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				243 565,30			240 443,52
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

## 8 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
Vendas	0,00	0,00
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	325 619,22	314 598,22
Quotas e jóias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>325 619,22</b>	<b>314 598,22</b>

## 9 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2014 foi de “49” e em 31/12/2015 foi de “49”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	556 390,21	547 260,90
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	105 127,05	100 806,21
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4 615,59	3 863,90
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	2 036,66	2 832,08
<b>Total</b>	<b>668 169,51</b>	<b>654 763,09</b>

## 10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

*Handwritten signatures and initials:*  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]

## 11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2015	2014
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros investimentos financeiros</b>	<b>1 417,55</b>	<b>715,67</b>
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>1 417,55</b>	<b>715,67</b>

### 11.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2015	2014
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	24 901,15	18 096,80
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
<b>Clientes e Utentes factoring</b>		
Clientes		
Utentes		
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Clientes		
Utentes		
<b>Total</b>	<b>24.901.15</b>	<b>18.096.80</b>

*Handwritten signature and stamp:*  
Plínio  
HH  
Luz Almeida



### 11.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
	1.599.37	1.521.53
<b>Total</b>	<b>1.599.37</b>	<b>1.521.53</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 11.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Remunerações a pagar ao pessoal	0.00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	6.744.33	1 939,46
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0.00	0.00
Outros Devedores	81.238.19	84.756.17
Perdas por Imparidade	0.00	0.00
<b>Total</b>	<b>87.982.52</b>	<b>86.695.63</b>

### 11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	11.949.55	4.725.55
Depósitos à ordem	36.019.69	33.638.47
Depósitos a prazo	0.00	250.00
Outros		
<b>Total</b>	<b>47.969.24</b>	<b>38.614.02</b>

## 11.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	264 198,65	20 538,55	0,00	284 737,20
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	832 311,80	0,00	-23 339,00	808 972,80
<b>Total</b>	<b>1 096 510,45</b>	<b>20 538,55</b>	<b>-23 339,00</b>	<b>1 093 710,00</b>

## 11.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	33 207,93	40 665,89
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>33 207,93</b>	<b>40 665,89</b>

## 11.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	25,60	25,60
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>25,60</b>	<b>25,60</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	6.461.96	5.398.88
Segurança Social	24 404,58	21 642,36
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>30.866.54</b>	<b>27.041.24</b>

*[Handwritten signature]*  
 Recebido

**11.9 Outras Contas a Pagar**

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		469,34		544,34
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>Outros credores</b>		<b>70.331,71</b>		<b>132.024,29</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>70.801,05</b>	<b>0,00</b>	<b>132.568,63</b>

**11.10 Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2014, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Estado e outros entes públicos	420 311,78	426 462,48
Subsídios de outras entidades	339 767,40	400 049,80
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>760 079,18</b>	<b>826 512,28</b>

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

**11.11 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	357,85	208,18
Serviços especializados	88 824,20	86 139,11
Materiais	3 934,43	3 226,12
Energia e fluidos	68 480,85	68 238,85
Deslocações, estadas e transportes	1 083,65	1 352,57
Serviços diversos	54 910,89	45 394,87
<b>Total</b>	<b>217 591,87</b>	<b>204 559,70</b>

Handwritten signature and date: 2016/03/28

### 11.12 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	131 956,70	51 773,94
<b>Total</b>	<b>131 956,70</b>	<b>51 773,94</b>

### 11.13 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	5 460,75	3 259,06
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	768,23	3 853,08
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	9 582,31	17 022,94
<b>Total</b>	<b>15 811,29</b>	<b>24 135,08</b>

## 11.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	3 387,57	4 768,33
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	905,92	1 104,45
<b>Total</b>	<b>4 293,49</b>	<b>5 872,78</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	2,79	0,62
Dividendos obtidos	0,62	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>3,41</b>	<b>0,62</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-4 290,08</b>	<b>-5 872,16</b>

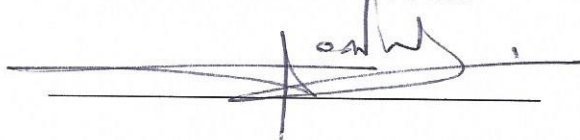
## 10.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Estombar, 31 de Dezembro de 2015

O Técnico Oficial de Contas




A Direcção

